



Ambasciata d'Italia

MAPUTO

MAPUTO, 22. 7. 1992

MESSAGE N° 393

FAX-FROM: AMBASCIATA D'ITALIA - MAPUTO

FAX- TO: Comunita' S. Egidio - Roma

ATT: Don Matteo Zuppi

OBJECT: Invio articoli

REFERENCE: VS richiesta

NOTÍCIAS

22. 7. 1992

CONVERSAÇÕES DE PAZ EM ROMA

PERSISTEM DIVERGÊNCIAS SOBRE QUESTÕES MILITARES

por Tomás Vieira Mário, da AIM

O Governo e a Renamo prosseguem as discussões retomadas na passada segunda-feira sobre questões militares, no âmbito das negociações de paz em Roma, havendo fortes indícios de persistência de divergências substanciais em torno de uma gama de matérias específicas de grande impacto.

1/3

NUMERO DELLE PAGINE INCLUSA LA PRESENTE

TOTAL OF PAGES THIS ENCLOSED

(8)

IN CASO DI TRASMISSIONE IMPERFETTA O ILLEGGIBILE, PREGHIAMO CHIAMARE IL NUMERO TELEFONICO

IN CASE OF DISCONTINUED OR UNREADABLE TRANSMISSION, PLEASE CALL PHONE NUMBER

MAPUTO - 00258/1/492227-492229

ITALIAN EMBASSY MDZ FAX NO 00258/1/492244

2/3

Uma ronda de contactos efectuada pela AIM na capital italiana junto dos chefes das duas delegações, nomeadamente Armando Guebuza, Ministro dos Transportes e Comunicações, e Raul Domingos, chefe do Departamento de Organização da Renamo, permitiu verificar a extensão e profundidade das questões susceptíveis de provocarem debates provavelmente mais prolongados do que se poderia esperar.

Na essência, as posições das partes em torno de questões de princípio permanecem inalteradas, e vão desde o próprio número dos efectivos do futuro exército único, processo de desmobilização dos excedentes militares, datas e critérios para a retirada das tropas estrangeiras estacionadas no país e o futuro do Serviço de Informação e Segurança do Estado (SISE).

Assim, ainda não foi encontrado um meio termo entre o exército de 15 mil voluntários defendido pela Renamo, contra o de 50 mil soldados proposto pelo Governo.

Nas palavras do Ministro Armando Guebuza, o número proposto pela Renamo fica aquém das necessidades do país, para a defesa da sua soberania e da integridade territorial. Raul Domingos, chefe da Renamo, argumenta que nas condições económicas actuais do país não seria possível equipar e garantir uma logística eficiente de um exército cujos efectivos ultrapassassem os 15 mil homens.

Uma outra questão, até agora motivo de divergências, diz respeito aos oficiais do exército governamental presentemente a frequentar academias militares no exterior.

Colocada a questão pelo Governo na mesa do diálogo, a Renamo defende que esses oficiais não deverão ter quaisquer garantias particulares, e o seu futuro deverá ser estabelecido por uma comissão de formação das forças de defesa e pelo futuro comando conjunto das duas forças. Eles estão a ser preparados no espírito de combaterem a Renamo e, por isso, a sua integração deverá ser concebida em pé de igualdade com todos os voluntários que vão integrar

o futuro exército unificado, diz a propósito Raul Domingos.

Em relação ao futuro do SISE, a Renamo mantém que este serviço deve ser totalmente desmantelado, pois, ainda citando Raul Domingos, o SISE continua em tudo igual ao SNASP, uma polícia de espionagem política criada para combater os opositores políticos da Frelimo. Aqui, o chefe da delegação da Renamo vai ainda mais longe, dizendo que quando os portugueses se sentiram pressionados internacionalmente, devido à violação dos direitos humanos por parte da PIDE, mudaram o nome desta polícia política para DGS.

Para a delegação do Governo, esta posição seria de todo inaceitável, pois, nas palavras de Armando Guebuza, Ministro dos Transportes e Comunicações, nenhum Estado pode prescindir de uma capacidade de se informar correcta e pontualmente sobre o que se passa no país, e, neste caso concreto, até para garantir a efectividade dos próprios acordos de Roma.

O chefe da delegação governamental analisa globalmente as propostas da Renamo como tendo finalidade a destruição do Estado e não apenas um esforço para a sua realização em moldes e contexto político diferente.

Quanto à questão das tropas estrangeiras no país, o Ministro dos Transportes e Comunicações afirma que seria necessário garantir que nas primeiras fases da formação do futuro exército, não haja um vazio, nomeadamente para assegurar a defesa de vias e projectos económicos estratégicos, como os corredores ferroviários que servem os países vizinhos.

A Renamo, pelo contrário, opõe-se claramente a este conceito e, segundo revelou Raul Domingos, a retirada das tropas do Zimbabwe e de um contingente simbólico do Malawi, todos concentrados ao longo de corredores ferroviários estratégicos para os respectivos países, deve começar uma semana após a entrada em vigor do cessar-fogo.

A uma pergunta da AIM sobre se a Renamo não iria conter a possibilidade de rápidos acordos em torno destas

matérias, para transferi-las para o encontro do seu líder, Afonso Dhlakama, com o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano. Raul Domingos disse que essa reunião terá um outro âmbito, mais político, enquanto que as discussões de Roma destinam-se a concretizar pormenorizadamente questões mais técnicas.

Pronunciando-se sobre a mesma questão, o chefe da delegação governamental expressou a esperança de que o mesmo encontro não seja utilizado pela Renamo como pretexto para atrasar o processo.

Respondendo a uma pergunta sobre a agenda concreta dessa reunião, Guebuza disse peremptoriamente que o tema é cessar-fogo, acrescentando que o Presidente Chissano disse sempre que um encontro com Dhlakama deveria produzir efeitos aceitáveis para o povo, e tudo o que o povo espera é a paz.

Durante o dia de ontem, as negociações prosseguiram em duas

sessões separadas, uma envolvendo os negociadores políticos, e outra, as subdelegações militares dos dois lados, cada reunião abordando matérias de especialidade.

Segundo foi revelado, tratou-se de sessões em que as delegações políticas responderam formalmente, isto é, por escrito, às últimas propostas de síntese adiantadas conjuntamente pelos mediadores e pelos observadores dos Estados Unidos, França, Itália, Portugal, Reino Unido e Nações Unidas.

Hoje, as partes deverão reagir a um documento de propostas, lidando específica e exclusivamente com o tema da desmobilização, dos excedentes militares e sua reintegração económica e social, além de prosseguirem as discussões sobre matérias já anteriormente colocadas à mesa.

Dada a profundidade e extensão das questões ainda longe de acordos finais, é de considerar que aos mediadores e observadores reste ainda um delicado trabalho de aproximação das partes, visto que as divergências persistentes se referem a questões de princípio.